

Para que o céu não caia: mulheres indígenas frente às mudanças climáticas

So the sky doesn't fall: indigenous women facing climate change
Para que el cielo no caiga: mujeres indígenas frente al cambio climático

Bianca Hammerschmidt¹  0000-0001-9395-6922

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, SC, Brasil. 88040-900 – ppgas@contato.ufsc.br



SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.*

Mujeres indígenas frente al cambio climático.

Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019.
222.p.

O livro *Mujeres indígenas frente al cambio climático* nos convida a pensar sobre os diversos contextos vividos nos países da América do Sul em que os povos indígenas se veem ameaçados, não somente por práticas ilícitas de garimpo, como vislumbram a possibilidade de regulamentação da mineração, produção de petróleo, gás e geração de energia elétrica em seus territórios. A obra, organizada por Rocío Silva Santisteban¹ e publicada pela Editora do IWGIA, reúne oito capítulos e duas entrevistas produzidos pelos pesquisadores do Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas (IWGIA).

A partir de diferentes perspectivas teóricas e etnográficas, as autoras e autores refletem sobre uma questão comum: o sobressalente protagonismo das mulheres indígenas frente às mudanças climáticas em diversos países da América do Sul. É nesta direção que irão problematizar a política moderna como um acontecimento histórico fundado no acordo homogeneizador da separação entre natureza e cultura (Marisol DE LA CADENA, 2019). Semelhante ao que observa Ailton Krenak em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, nós, “embalados com a história de que somos a humanidade”, nos alienamos de um organismo de que somos parte, a Terra, “e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade” (Ailton KRENAK, 2019, p. 16).

Para a organizadora do volume Rocío Silva Santisteban (2019, p. 10), as mudanças climáticas são produtos dessa “cultura” que busca o “controle da natureza” a partir de práticas de desmatamento e extração com fins utilitários. As quais foram estimuladas pelos empreendimentos coloniais através da incorporação de valores como a “valentia” e o “desbravamento”, para que os colonos, em sua maioria homens, se considerassem parte do processo desenvolvimentista.

No texto que abre a coletânea, o economista equatoriano Alberto Acosta afirma que “a essência do antropocentrismo se expressa intensamente desde o androcentrismo e da

¹ Rocío Silva Santisteban Manrique é professora na Universidade Católica do Peru e integrante do Comitê Assessor do Observatório de Direitos da Natureza. Anteriormente, atuou como coordenadora Nacional de Direitos Humanos do Peru (2011-2015); e consultora da OXFAM no programa de gênero e juventude (SANTISTEBAN, 2019).

colonialidade, raízes congênitas da civilização capitalista” (Alberto ACOSTA, 2019, p. 19). E foi assim que o extrativismo, carregado pela promessa de progresso e desenvolvimento, se impôs violentamente sobre os territórios, os corpos e as subjetividades. Dentro de um contexto em que as mulheres se tornavam vítimas constantes do sistema, intrinsecamente, marcado pelo racismo e pelo machismo. Ao mesmo tempo que essas mulheres lideravam (e lideram) os movimentos de resistência, pois desde cedo perceberam os efeitos de tamanha violência.

E é resistindo junto aos indígenas à violência das mineradoras e do Estado Neoliberal que a antropóloga peruana Marisol de La Cadena inicia o capítulo intitulado “Protestando desde lo incomún” no qual descreve uma passeata realizada em Cusco, em que as pessoas protestavam contra as investidas de uma mineradora em Ausangate, um *ser-terra*, que também é uma montanha, portanto, uma reserva de minerais. Trata-se de um conflito antigo, pois desde o século XVI os *seres-terra* foram perseguidos pelos extirpadores coloniais de idolatrias.² E, após quinhentos anos, configuram-se como um problema aos novos extirpadores que os traduzem como montanha e os reduzem a uma fonte de riqueza. A maior diferença em relação aos seus homólogos coloniais é que as empresas e o Estado possuem o poder e os instrumentos capazes de destruir montanhas. E uma das formas de fazê-lo é através da negação da existência, tal como fez Allan Garcia, ex-presidente do Peru, ao afirmar que os *seres-terra* não existiam. Cientes disso, os manifestantes optaram por subordinar a defesa do *ser-terra* à defesa do meio-ambiente, e foram bem-sucedidos, pois conseguiram conter os avanços da mineração. Por outro lado, nota-se que este enquadre, no sentido butleriano (Judith BUTLER, 2015), desvela não somente o racismo e a intolerância por parte do Estado, mas também o seu poder ontológico em definir aquilo que é real ou não (DE LA CADENA, 2019).

Compreendendo estes embates como disputas ontológicas, Marisol de la Cadena descreve etnograficamente a resistência de Máxima Acunã de Chaupe, que se recusa a abandonar ou vender a sua propriedade a uma empresa de mineração, a qual ocupou todo o envolto de sua residência e a pressiona duramente. A questão é que ela resiste não apenas pela manutenção da casa, mas pela relação intrínseca que mantém com aquele território, e seus aquíferos, bosques e pedras. Ou seja, para ser aquilo que ela é (DE LA CADENA, 2019).

O contraste é apresentado pelo pesquisador Uruguaio Eduardo Gudynas a partir da experiência de algumas mulheres bolivianas, as quais se identificavam como feministas e compreendiam que a melhor maneira para garantir direitos e assegurar suas autonomias estava na criação de uma cooperativa de mineração. Assim, elas reforçam as suas identidades fazendo aquilo que, na maioria das vezes, é banido às mulheres: trabalham na mineração (Eduardo GUDYNAS, 2019). Do outro lado, Fabiola Yeckting Vilela (2019) argumenta que as mulheres contribuem menos para as mudanças climáticas do que os homens, e ainda oferecem estratégias alternativas de adaptação e sobrevivência.

Em seu capítulo, a antropóloga dá visibilidade ao trabalho e à problemática das organizações de mulheres no cuidado, conservação e defesa das florestas de *polylepis* e/ou nubladas, características do ecossistema de páramos, em Paríamarca Alta, alto dos Andes. Sobretudo, a partir da experiência da Asociación de Mujeres Protectoras de los Páramos (AMUPPA), de Ñangali, e do Comité de Conservación del Bosque de Polylepis, de Paríamarca Alta, constituído por vinte e cinco mulheres residentes no envolto (YECKTING VILELA, 2019).

Conforme aponta, as florestas nubladas e os páramos andinos configuram um complexo ecossistema que conforma três bacias hidrográficas, as quais beneficiam todas as regiões do país. Como a vegetação é capaz de reter porções extras de água, cria-se um ambiente de umidade natural e densa nebulosidade, combinação perfeita para reprodução de outras espécies. Há de se imaginar que tal biodiversidade atrai, também, os empreendimentos extrativistas, o que gera inúmeros conflitos com os moradores locais, que acusam os governos regionais de facilitarem o ingresso de projetos com fins estritamente econômicos, deixando de lado qualquer alternativa produtiva viável (YECKTING VILELA, 2019).

As mulheres, como a maior parte da população, tampouco se beneficiam com os projetos em toda a sua extensão. E é por isso que Fabiola Yeckting Vilela defende que as relações de gênero sejam consideradas no plano institucional pelos mecanismos de financiamento; e reivindica a atenção dos governos regionais e do Estado na construção e ampliação de políticas públicas. Da mesma forma, elas lutam pela igualdade de condições de acesso aos recursos e pela paridade de representação cidadã das mulheres camponesas junto às instâncias governamentais. Porque, apesar das dificuldades, reconhecem a importância de suas atuações nos processos de mitigação e defesa do bioma.

² A extirpação da idolatria foi um fenômeno político-religioso ocorrido na América Espanhola a partir do século XVI e acentuado no século XVII. Tinha como objetivo a supressão de objetos, ritos e simbologias consideradas desviantes da fé católica. DE FIGUEIREDO, Bárbara, S. Evangelização no Vice-Reinado do Peru no Século XVII: A edificação da extirpação de idolatria entre o clero secular e as ordens religiosas (1621-1649). Anais do XXVIII Simpósio nacional de História, Florianópolis, 2015. Disponível em [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427998927_ARQUIVO_EvangelizacaoViceReinadoPerunoseculoXVIIaedificacao-daExtirpacaodeldolatriaintreoclerosecularreosordensreligiosas\(1621-1649\).\(1\).pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427998927_ARQUIVO_EvangelizacaoViceReinadoPerunoseculoXVIIaedificacao-daExtirpacaodeldolatriaintreoclerosecularreosordensreligiosas(1621-1649).(1).pdf). Acesso em 09 ago. 2022.

Situações semelhantes são experienciadas pelas mulheres indígenas awajún e wampis, na Amazônia peruana. No contexto atual, repleto de riscos associados à expansão do capital extrativista e colonizador, são elas que tomam a frente na conservação da agrobiodiversidade florestal e na defesa de seus territórios ancestrais (Marlene CASTILLO FERNÁNDEZ, 2019). A engenheira agrônoma Marlene Castillo Fernández conta que elas expressam orgulho por serem detentoras dos saberes deixados por *Nugkui*, um ser feminino mítico que entregou às senhoras awajún e wampis diversos tipos de sementes, para que elas pudessem cultivar e produzir alimentos, e assim evitassem que as futuras gerações morressem de fome. Então, portadoras desses conhecimentos, as mulheres circulam pelas roças de seus clãs familiares e trocam sementes, plantas e tecnologias relacionadas aos seus usos. Estratégia chave para a conservação da floresta e de sua alta biodiversidade (CASTILLO FERNÁNDEZ, 2019).

É importante salientar que, por muito tempo, a literatura referenciou este conhecimento etnobotânico como masculino. Invisibilidade que perpassa espaços acadêmicos e/ou institucionais, indígenas e não indígenas. Fato é que, as sábias awajún y wampis não tiveram as suas qualidades como conservadoras da agrobiodiversidade devidamente reconhecidas em nenhuma das ocasiões. Tampouco foram ou são convidadas a participar dos espaços oficiais de decisão das políticas de mitigação e adaptação das mudanças climáticas; as quais, quando existem, não possuem enfoque de gênero (CASTILLO FERNÁNDEZ, 2019).

Olhando para estas lacunas, a educadora e investigadora social Majandra Rodríguez Acha (2019) irá argumentar que as mudanças climáticas não podem ser pensadas a partir das modificações de nossas estruturas econômicas, sociais e políticas, sem que se faça o reconhecimento *a priori* de que o sistema é tanto capitalista como patriarcal. Por isso defende uma perspectiva interseccional, já que considera impossível traçar uma imagem completa da crise sistêmica que estamos vivendo, sem a compreensão dos sistemas estruturais e históricos de poder em suas dimensões de raça, etnia, classe, gênero e sexualidade.

Esse caminho também é seguido pela antropóloga peruana Luisa Elvira Belaunde (2019) ao analisar os impactos do desmatamento sobre as relações de gênero entre os povos indígenas da Amazônia peruana. Em seu capítulo, a autora revisita estudos das áreas de ecologia, botânica e arqueologia para demonstrar que, diferente do que se costuma imaginar, a Amazônia, em grande parte, é uma floresta antropogênica, ou seja, historicamente gerada a partir de intervenção humana. Assim como as relações entre homens e mulheres, que se conectam diretamente com os manejos da floresta e estão em constantes transformações.

No último capítulo, a ativista e acadêmica Sarah Kerremans (2019) recorda os episódios de derrames de petróleo produzidos pela implantação do Oleoduto Norteperuano. Ela o conceitua como uma veia aberta na Amazônia peruana, que incide diretamente na promoção das mudanças climáticas, apesar de todo o esforço desempenhado pelas mulheres locais para evitá-lo. Organizadas, as mães indígenas dessas zonas afetadas se manifestam frente à contaminação das águas, entre outros temas presentes nas agendas de suas reivindicações que, assim como as demais citadas, estão comprometidas com esta difícil tarefa que é contribuir para que o céu não caia.

Na obra também foram incluídas as entrevistas realizadas com duas importantes lideranças quechuas, Tarcila Rivera e Tania Pariona. As duas mulheres ocupam lugares de destaque no cenário político peruano. Rivera, atualmente é integrante do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e Pariona é congressista da República do Peru. Nas páginas que seguem, as experientes ativistas compartilham as suas reflexões sobre a situação da mudança climática no país e a necessidade de implementação de políticas públicas específicas para mitigar os seus efeitos sobre as mulheres indígenas.

Os capítulos que integram o livro *Mulheres indígenas frente al cambio climático* nos encaminham para um debate urgente e atual. As discussões em torno do clima e das mudanças climáticas não podem ser conduzidas sem o verdadeiro reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres indígenas no enfrentamento e mitigação do processo. Este entendimento é compartilhado entre as autoras e os autores da obra que, a partir de diferentes perspectivas, se aliam à luta coletiva pelo direito e garantia das inúmeras formas de vida.

Referências

ACOSTA, Alberto. "La renovada dependencia extractivista. Violencia sobre cuerpos, territorios y visiones". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 17-34.

BELAUNDE, Luisa. "La deforestación en el mosaico de los cambios que afectan las relaciones de género entre los pueblos amazónicos". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 91-123.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Trad. de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; rev. de trad. de Marina Vargas; rev. técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTILLO FERNÁNDEZ, Marlene. "Casi invisibles, conservando y defendiendo el bosque: mujeres awajún y wampis en el Alto Marañón (Amazonas-Perú)". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 125-147.

DE LA CADENA, Marisol. "Protestando desde lo incomún". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 35-48.

GUDYNAS, Eduardo. "Cambio climático, extractivismos y género: crisis entrelazadas dentro del desarrollo". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 49-72.

KERREMANS, Sarah. "El Oleoducto Norperuano, vena abierta en la Amazonía peruana". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 159-184.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRÍGUEZ ACHA, Majandra. "La justicia climática debe ser antipatriarcal. Enraizando nuestro activismo en el suelo fértil de nuestras diversidades". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 149-157.

SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. 224. p.

YECKTING VILELA, Fabiola. "Mujeres en la protección de los bosques y defensa de los páramos. Adaptación y mitigación del cambio climático en los bosques de polylepis y páramos en Huancabamba". In: SANTISTEBAN, Rocío Silva *et al.* *Mujeres indígenas frente al cambio climático*. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 73-89.

Bianca Hammerschmidt (bianca.hammerschmidt@posgrad.ufsc.br, bianca.hammer@gmail.com) é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná e graduada em Ciências Sociais, pela mesma Universidade. É pesquisadora associada ao INCT Brasil Plural. Tem experiência na área de Etnologia Indígena, com ênfase em Gênero e Sexualidade.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

HAMMERSCHMIDT, Bianca. "Para que o céu não caia: mulheres indígenas frente às mudanças climáticas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 1, e90482, 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebida em 10/08/2022
Aceita em 29/11/2022
